



EXPORTAÇÕES

Novos mercados para produtos do agro nacional

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

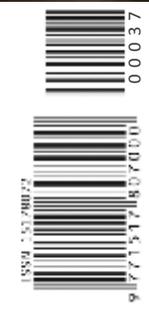
GENTE, EMPRESAS, CAMPO & LAVOURA



Agro

BRASIL S/A

ANO XXVIII | AGOSTO
EDIÇÃO 37



**SOJA BRASILEIRA
NÃO TRANSGÊNICA**

Qual a melhor cultivar para a Coreia do Sul?



ENTREVISTA | Deputado Hildo Rocha
"Lula reorganizou o país e deu planejamento,
afirma emedebista maranhense"





SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
MANAUS



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

MANAUARA SHOPPING

Soja agregando valor muito longe daqui

Onze entre dez empresários do agronegócio brasileiro afirmam e reafirmam a importância de se agregar valor às commodities que produzem e/ou comercializam. Um discurso que entra ano e sai ano, ou melhor, terminam e recomeçam safras, são palavras aos ventos, espalhadas como as microparticuladas dos agrotóxicos que pulverizam sobre as lavouras.

O fato é que o Brasil está fadado a ser um eterno exportador de matérias-primas para, lá longe daqui, outros países agregarem o valor que tanto sonham. É agora o caso da Coreia do Sul. E não estamos falando apenas de farelo para alimentar animais nas pátrias asiáticas. Falamos de produção de alimentos.

Matéria de capa desta edição mostra que a Coreia do Sul acabou de assinar um protocolo com a Embrapa Cerrados para a escolha das melhores cultivares de soja a serem adquiridas para a produção de produtos alimentícios para alimentar a população coreana.

Bom que o Brasil vai vender mais, como mostra outra matéria sobre a abertura de mais de 160 novos mercados para a agropecuária nacional, mas seria melhor que o sonho da nossa industrialização avançasse a passos largos no nosso campo.

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

ÍNDICE | Agosto 2024

CAPA: Soja brasileira não transgênica Qual a melhor cultivar para a Coreia do Sul?

- 05 | OPINIÃO | Giancarlo Miranda
- 06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques
- 08 | ENTREVISTA | Deputado Hildo Rocha
- 12 | NOVOS MERCADOS
- 18 | BALANÇA COMERCIAL
- 20 | ACORDO EMBRAPA - COREIA DO SUL
- 22 | IRRIGAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- 26 | PLANO SAFRA E O CLIMA
- 28 | AVICULTURA | Antonio Neto
- 30 | NATUREZA NA VEIA | Ademir Galitzik



CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelvy Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Maurício
Marcelo Fin

EDITOR DE ARTE
Márcio Brandão do Carmo

REDAÇÃO
Repórteres: Carolina da Costa Lima, Humberto Azevedo, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo (fotografia)

GERENTE COMERCIAL
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelvy Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo, Matheus Maurício e Marcelo Fin.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
ADEMIR GALITZKI, ANTONIO NETO, CARLOS TAUTZ, GIANCARLO MIRANDA, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, JULIANA MIURA, ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASÍLIA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CÂMARA, JORNAL DA USP, SECOM-MT, ASSESSORIAS.

FOTOS
BRUNO SPADA, MÁRIO AGRA, MIRIAM FICHTNER, VINÍCIUS LOURE, ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASÍLIA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CÂMARA, JORNAL DA USP, COLETIVO CABURÉ, AGREGA, SECOM-MT, ASSESSORIAS.

RDM AGRO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI



Queimadas em Mato Grosso do Sul serão desafio urgente para novos agentes políticos

As queimadas urbanas e rurais são um problema recorrente que, ano após ano, devastam o meio ambiente e comprometem a qualidade de vida em Campo Grande e em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Com a chegada da seca, entre junho e julho deste ano, a capital sul-mato-grossense registrou um aumento preocupante no número de queimadas, refletido nas 105 multas aplicadas pela Prefeitura pelo crime ambiental, o que corresponde a 64% de todas as penalidades do tipo emitidas entre janeiro e julho de 2024.

Esse dado alarmante é apenas a ponta do iceberg de uma questão que afeta não só as áreas verdes, mas também a saúde pública e o bem-estar dos moradores. A fumaça das queimadas contribui significativamente para o aumento de doenças respiratórias, potencialmente agravadas pela baixa umidade do ar característica desta época do ano.

Para muitos, o ar seco e poluído tem sido sinônimo de visitas constantes a unidades de saúde e, em casos mais graves, internações hospitalares.

Além dos impactos diretos à saúde, as queimadas afetam a fauna e a flora locais, colocando em risco a biodiversidade que tanto caracteriza o bioma do Cerrado. Animais silvestres, em busca de refúgio, invadem áreas urbanas, o que, por sua vez, gera um ciclo de desequilíbrio ambiental que se reflete em todo o ecossistema.

A questão é ainda mais grave quando se considera



"Além dos impactos diretos à saúde, as queimadas afetam a fauna e a flora locais, colocando em risco a biodiversidade que tanto caracteriza o bioma do Cerrado. Animais silvestres, em busca de refúgio, invadem áreas urbanas, o que, por sua vez, gera um ciclo de desequilíbrio ambiental que se reflete em todo o ecossistema"

se preocupa verdadeiramente com o futuro da sua comunidade. ■

o fator econômico. O combate às queimadas exige uma enxurrada de recursos dos cofres públicos, seja por meio da mobilização de brigadistas, seja pela necessidade de reforçar a infraestrutura de saúde para atender à crescente demanda. O impacto é sentido também no agronegócio, um dos pilares da economia local, que sofre com a perda de áreas de cultivo e pastagem.

Em meio a esse cenário preocupante, é imperativo que os novos agentes que adentrarão o cenário político de Campo Grande e todo o Mato Grosso do Sul a partir do ano que vem adotem políticas públicas mais rígidas e eficazes no combate às queimadas.

No caso dos vereadores, devem intensificar as fiscalizações que eram feitas, e, em caso de aplicação de multas, elas precisam ter um caráter punitivo que iniba a repetição dessas práticas. Além disso, a educação ambiental se mostra um caminho essencial para conscientizar a população sobre os danos causados pelas queimadas e sobre a importância de preservar o meio ambiente.

É preciso que os representantes eleitos para cargos públicos estejam comprometidos em enfrentar essa questão com seriedade. O papel do vereador vai além da criação de leis: é necessário cobrar ações efetivas do Poder Executivo. O compromisso com a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde pública devem estar no topo da agenda de qualquer gestor que

***Giancarlo Miranda** é policial civil há mais de 20 anos e pré-candidato a vereador por Campo Grande.

Governo Federal amplia número de adidos agrícolas

O Brasil contará com mais 11 adidâncias agrícolas nas representações diplomáticas do país no exterior, passando de 29 para 40. A ampliação foi assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia do Governo Federal, em Várzea Grande, Mato Grosso. Trata-se do maior aumento do número de adidos agrícolas no exterior desde que a função foi criada, em 2008, pelo Decreto nº 6.464, já que serão implementadas de uma única vez. "Agora vai ter adido do Ministério da Agricultura nas embaixadas brasileiras para ajudar a vender as coisas que produzem. Isso é coisa do Fávoro, que passa o dia inteiro pensando em abrir um novo mercado para vender os produtos de vocês. Quanto mais o Brasil crescer, mais vai dar emprego, emprego dará salário, o salário vai permitir que vocês possam comprar o que querem e nós teremos uma vida digna e respeitosa", ressaltou o presidente Lula. Dos 11 novos postos, cinco estão na Ásia, três na África, dois na América do Sul e um na Europa. Já os locais para instalação das novas adidâncias agrícolas serão definidos posteriormente por meio de portaria interministerial do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).



Divulgação

Adidos assessoram as representações diplomáticas no exterior



Divulgação

Os adidos agrícolas desempenham funções de assessoramento às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Suas principais atividades envolvem a identificação de oportunidades de comércio, investimentos e cooperação para o agronegócio brasileiro. Para isso, mantêm interlocução com representantes dos setores público e privado, formadores de opinião relevantes na sociedade civil e academia. Atualmente, há adidos agrícolas nos seguintes locais: África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China (dois adidos), Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos da América, França (Delegação do Brasil nas Organizações Internacionais Econômicas Sediadas em Paris), Índia, Indonésia, Itália (Delegação Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e aos Organismos Internacionais), Japão, Marrocos, México, Suíça (Delegação do Brasil na Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas em Genebra), Peru, Reino Unido, Rússia, Singapura, Tailândia, Bélgica (Missão do Brasil na União Europeia em Bruxelas, dois adidos) e Vietnã.

DITO & FEITO





Divulgação

"Narizes artificiais" permitem identificar comida estragada

Pensando em inovar na área com o desenvolvimento de um método inteligente para auxiliar na tarefa de identificar a deterioração de alimentos, pesquisadores do Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da USP, do Instituto de Química da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Unesp, em Rio Claro, criaram novos biofilmes à base de amido que indicam se determinado produto está impróprio para consumo, atuando como verdadeiros "narizes artificiais". Os resultados da pesquisa foram publicados este ano em artigo na revista científica internacional *Microchimica Acta*. Além de realizar o controle em tempo real do estado de conservação dos alimentos e, assim, evitar desperdícios, a nova tecnologia também contribuiu para garantir a segurança alimentar e a confiança dos consumidores, assegurando que os produtos serão comprados enquanto ainda estiverem em boas condições. Do tamanho de um botão, os biofilmes foram desenvolvidos a partir de matérias-primas abundantes e de fácil acesso: amido de mandioca (polvilho doce), água e glicerol - um tipo de álcool.

"Não é possível afirmar que a gente tem uma taxa de juros exorbitante, apesar de ter uma inflação muito baixa. Na verdade, a gente tem é uma taxa Selic menor do que a média e uma inflação menor do que a média, ainda mesmo passando por um período de inflação global muito grande"

Roberto Campos Neto,
presidente do Banco
Central

"Desde o início da gestão do presidente Lula, temos batido recordes de aberturas de mercado, alcançando 166 em 55 diferentes destinos. Isso tem sido possível, em grande parte, graças ao trabalho dos nossos adidos agrícolas, responsáveis por quase 70% dessas aberturas. Ao ampliar a presença desses profissionais em importantes parceiros econômicos, estamos potencializando ainda mais as oportunidades para o setor"

Ministro da Agricultura e
Pecuária, **Carlos Fávaro**



Divulgação

Governo Lula anuncia próximo diretor-executivo do Brasil no FMI

O governo Lula anunciou a indicação do economista **André Roncaglia** como o novo diretor-executivo do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI). Roncaglia deve assumir o posto ao final de agosto, quando Afonso Bevilaqua retorna ao Brasil. O novo diretor tem formação em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instituição pela qual também se tornou mestre. Depois, Roncaglia tornou-se doutor em Economia do Desenvolvimento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Profissionalmente, André Roncaglia é professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia ligado à Fundação Getúlio Vargas. Desde 2019, o posto de diretor-executivo do Brasil no FMI era ocupado por Afonso Bevilaqua, que manifestou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a intenção de retornar ao país no fim de agosto.



Hildo Rocha, que foi relator da proposta de reforma tributária na 56ª legislatura, na sua volta à Câmara dos Deputados, passou a integrar o Grupo de Trabalho que debateu a proposta de regulamentação das novas regras tributárias incluídas na Constituição federal em dezembro de 2023



Lula reorganizou o país e deu planejamento, afirma emedebista maranhense

Parlamentar que votou pelo impeachment da ex-presidenta Dilma, escalado no início da terceira gestão de Lula como secretário-executivo do Ministério das Cidades, diz ainda que o "nosso país estava praticamente bagunçado" com Bolsonaro

Por **Humberto Azevedo**

A entrevista da semana, que foi publicada originalmente no portal RDMNews, e a RDM Agro Brasil reproduz abaixo, é com o deputado federal Hildo Rocha (MDB-MA), que reassumiu o mandato na Câmara dos Deputados no último mês de maio, na condição de suplente.

O emedebista maranhense, que exercia o mandato de titular na época do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), aprovado pela Câmara em maio de 2016, votou favorável pela saída de Dilma num impeachment que mais tarde a própria justiça avaliou que não havia crimes fiscais que embasassem o processo contra ela.

Na materialização do lema do atual governo federal brasileiro, "união e reconstrução", o antigo oponente foi chamado para integrar o primeiro escalão da nova gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele exerceu até dias antes de retomar o mandato na Câmara o cargo de secretário-executivo do Ministério das Cidades, que têm como ministro Jader Filho – irmão do governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB).

Na entrevista, Hildo Rocha, que avalia a terceira gestão do governo como boa, afirmou também que o

presidente Lula reorganizou o país e devolveu planejamento ao Brasil. Segundo ele, o "nosso país estava praticamente bagunçado", se referindo ao último quadriênio (2019-2022) comandado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL).

Hildo Rocha é avaliado pelos assessores do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), como um parlamentar importante na mediação com os partidos do "centrão" – que, apesar de integrarem oficialmente o governo, marcham independentes em várias pautas e noutras cami-

nham mesmo com a oposição bolsonarista. Atualmente, o ambiente no Poder Legislativo é avaliado como "bélico" e, em muitos casos, beira à barbárie. O que mais se vê é gritaria e tentativa de lacração para que alguns cortes sejam utilizados nas redes e plataformas digitais.

Administrador de empresas e administrador público formado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Hildo Rocha iniciou a atividade político-partidária como vereador no município de Cantanhede (MA) entre 1993 e 1996. Entre os anos de 1997 e 2004, foi prefeito deste município localizado a 154 km da capital maranhense, São Luís. Sempre filiado ao MDB, Rocha exerceu ainda os cargos de secretário estadual do

“Pude ver por dentro o grande trabalho realizado pelo governo do presidente Lula. O trabalho, primeiro de reorganização do Brasil, do nosso país, que estava praticamente bagunçado, pode-se assim dizer”

Maranhão de articulação política e relações com os municípios e desenvolvimento urbano entre os anos de 2009 e 2014, quando se elegeu pela primeira vez deputado federal.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista. Boa leitura!

Portal RDMNews: Deputado Hildo Rocha, o senhor está regressando agora nesta legislatura, como que o senhor avalia esses primeiros 15 meses de mandato do governo Lula e desta 57ª legislatura?

Deputado Hildo Rocha: Eu participei do governo do presidente Lula na condição de secretário-executivo do Ministério das Cidades e pude ver por dentro o grande trabalho realizado pelo governo do presidente Lula. O trabalho, primeiro de reorganização do Brasil, que estava praticamente bagunçado, pode-se assim dizer, e que ele buscou forma para poder reorganizar o nosso país e dar um planejamento através de vários programas que foram implantados no seu governo [passado], entre eles, a volta do Minha Casa, Minha Vida. Novamente o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], que tem contribuído para a infraestrutura das cidades, também levando melhorias às nossas rodovias federais, ao nosso sistema elétrico, fornecimento de gás, de combustíveis, de petróleo, não é? No caso, enfim, é um governo que tem planejamento e que eu vejo que ele é muito bom.

Portal RDMNews: O senhor é um parlamentar do Maranhão muito voltado também à questão de infraestrutura, investimento de desenvolvimento regional. E nós sabemos que o Brasil só vai superar as diferenças, as enormes desigualdades regionais e sociais com o investimento e ampliação dessas infraestruturas nas regiões mais remotas e que estão sempre em situação mais precárias que as regiões mais desenvolvidas. Como resolver essa questão, por exemplo, da Amazônia Legal? O Maranhão faz parte da Amazônia Legal e a Amazônia tem os piores índices de desenvolvimento humano, não é? Como resolver essa questão?

Deputado Hildo Rocha: Bem, já foi dado o primeiro passo para corrigir essas desigualdades regionais e que, conse-

“Para ser competitivo no mercado tem que usar essas novas tecnologias. E isso significa dizer que a mão de obra tem que ser adequada para trabalhar nas produções, tanto no setor primário, quanto no setor secundário e mesmo terciário”

quentemente, também se transformam em desigualdades sociais, tendo em vista que justamente os estados que são mais empobrecidos são os que detêm a maior quantidade de pessoas pobres. O que o presidente Lula fez? Além de fazer um grande investimento na área de infraestrutura pensada através do PAC, que é o programa de aceleração da construção de obras de infraestrutura, [com essas ações] todas voltadas para infraestrutura, porque tem muitos anos que não se investe na infraestrutura. Então, ele também promoveu recentemente e ainda está sendo tratado no Congresso, é a reforma tributária. Primeiro, a Emenda Constitucional 132, que foi aprovada, e agora a sua regulamentação, que dá ao Brasil um modelo novo de tributação, que vai ajudar a diminuir as desigualdades regionais e as sociais. Sem dúvida nenhuma, vai fazer com que o Brasil seja mais igual.

Portal RDMNEWS: Ainda sobre o desenvolvimento regional, o Maranhão, que integra a Amazônia Legal, faz parte do Matopiba – que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Seria a nova fronteira agrícola, não é? Mas nós estamos vendo toda essa questão das mudanças climáticas. Como avançar sobre essa nova fronteira agrícola para produzir mais grãos, para ter produção de alimentos, mas também tendo que garantir a preservação do meio ambiente. Como fazer isso?

Como fazer essa conciliação?

Deputado Hildo Rocha: Isso não é difícil. Os órgãos de controle do meio ambiente, tanto os estaduais, municipais e o Ibama [Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], têm que estar atentos com relação a essa questão. Nós temos no Maranhão legislações bastante atuais, bastante modernas, no sentido de preservar o meio ambiente. Eu falei aqui que a própria reforma tributária vai ajudar nisso. Porque o imposto de circulação de mercadorias hoje é o maior tributo que é arrecadado pelos estados. Esse recurso se transformou no IBS, Imposto sobre Bens e Serviços, que se juntou com o ISS. A distribuição desses recursos vai levar em consideração a preservação do meio ambiente. Então, há algo em torno de 5% daquilo que será distribuído para os municípios, pelos estados, tem que levar [isso] em consideração. Está na Constituição e na regula-



Deputado Hildo Rocha: "Você tem que ter elementos da sua produção que sejam modernos e fomentadores da produtividade"

“Esse modelo novo de tributação vai ajudar a diminuir as desigualdades regionais e as sociais. Sem dúvida nenhuma, vai fazer com que o Brasil seja mais igual”

mentação. Tem que levar em consideração que o município trabalha a preservação do meio ambiente, porque ela começa no município. Não adianta pensar que a preservação do meio ambiente começa na esfera federal, não, é na esfera municipal. E se isso faz com que os municípios saibam que para ele arrecadar mais, ele tem que preservar o meio ambiente, ele vai buscar fórmula de fazer com que isso aconteça.

Portal RDMNews: Agora, para finalizar a entrevista. O Maranhão é historicamente um dos menos desenvolvidos do país e o ex-governador, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, quando assumiu a gestão estadual, foi eleito, inclusive pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e declarou na época que daria um choque de capitalismo na economia maranhense. Isso com fórmulas do século passado. Ideologias passadas, capitalismo, comunismo,

século 19, século 20. Nós estamos no século 21, e como resolver, como conciliar, as novas tendências do mundo hoje com a inteligência artificial? O ser humano precisa ser capacitado para ter emprego, para poder trabalhar, e ao mesmo tempo isso também pode servir para a produção de notícias falsas, dentre outros temas. Como que o senhor vê esse cenário do século 21?

Deputado Hildo Rocha: Hoje, nós vivemos no mundo digital, que significa dizer que são novas tecnologias, onde o sistema produtivo tem que levar isso em consideração, porque se não levar, não consegue ser competitivo no mercado. Isso significa dizer que a mão de obra tem que ser adequada para trabalhar nas produções, tanto no setor primário, quanto no setor secundário, e mesmo terciário. Você tem que ter elementos da sua produção que sejam modernos e fomentadores da produtividade. ■



Fávaro: retomada das boas relações diplomática foi indispensável para a abertura de 167 novos mercados para o agro

Oportunidades para o agro brasileiro

Ministro Fávaro fala do compromisso com o controle sanitário; e fortalecimento das relações garante oportunidade. Em balanço de 18 meses de gestão, informa ele, já foram abertos 167 novos mercados para produtos do agro

Da **Assessoria do Mapa**



**Lançamento
do Plano
Safra
2024/2025**

degradadas e contra o desmatamento ilegal.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Pela segunda vez, na terceira gestão do presidente Lula, foi realizado o maior Plano Safra da história. Na safra 24/25, são R\$ 400,59 bilhões destinados para financiamentos. Ainda, estão disponíveis R\$ 108 bilhões em recursos de LCA para emissões de CPR, totalizando R\$ 508,59 bilhões para fomentar o agro nacional.

"Fizemos os maiores Planos Safras da história, estamos no segundo Plano Safra deste governo. A soma dos dois é 40% maior do que o último Plano Safra. Nós estamos apresentando aos produtores um Plano que é 60% mais efetivo", ressaltou o ministro da Agricultura.

Na última semana, o Ministério publicou a autorização para operacionalização de mais de R\$ 5 bilhões no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para o financiamento da atual safra. Também foi publicada a Resolução nº 101/2024, que altera a

distribuição do orçamento de R\$ 1,15 bilhão do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para o exercício de 2024.

Ainda, foi criada uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a CPR BNDES, para ampliar o apoio ao setor agropecuário. Com a iniciativa, o crédito próprio do BNDES para o agro brasileiro pode chegar a R\$ 10 bilhões em 2024.

Diante das fortes chuvas ocorridas entre abril e maio deste ano no Rio Grande do Sul, a Pasta trabalhou em medidas de apoio aos produtores rurais, como a criação do Gabinete Itinerante que percorre os municípios atingidos pelas enchentes. No início de agosto, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.247/2024, que visa conceder desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural de custeio, de investimento e de industrialização contratadas por produtores gaúchos que tiveram perdas materiais.



Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) atua no desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Na atual gestão, com o presidente da República,

Luiz Inácio Lula da Silva, e com o ministro da Pasta, Carlos Fávaro, o trabalho tem sido por mais incentivos, com foco nas boas relações comerciais no exterior e no incentivo à produção sustentável.

Segundo Fávaro, o objetivo é deixar um legado e fazer uma gestão contemporânea. Para o ministro, o Governo Federal tem realizado um trabalho sensacional no que tange à boa relação diplomática, política e comercial com o mundo. Fávaro reafirma que a retomada das boas relações diplomáticas foi indispensável para a abertura de 167 novos mercados para o agro do Brasil.

Na relação com o produtor rural, o trabalho está cada vez mais próximo e sustentável, com incentivos às boas práticas, à agricultura de baixo carbono, à recuperação de áreas de pastagens

"Fizemos os maiores Planos Safras da história, estamos no segundo Plano Safra deste governo. A soma dos dois é 40% maior do que o último Plano Safra. Nós estamos apresentando aos produtores um Plano que é 60% mais efetivo"



**Fávaro e Alkmin:
Autodeclaração do avanço
do Brasil livre de febre
aftosa sem vacinação**

DEFESA AGROPECUÁRIA

No último mês, o Ministério confirmou o primeiro diagnóstico positivo para a doença de Newcastle (DNC), no município de Anta Gorda (RS). Diante do cenário, o Mapa trabalhou de forma eficiente, publicando a Portaria que declarava estado de emergência zoossanitária no estado do Rio Grande do Sul, enviando equipes técnicas ao município, como também o trabalho de análise realizado pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo (LFDA-SP), reconhecido pela OMSA como laboratório de referência internacional para o diagnóstico da doença.

No mês passado, a Pasta publicou a Portaria nº 706/2024, que declarava o fim do estado de emergência zoossanitária no estado.

"É fundamental que, diante de casos

como ocorreram de Newcastle, seja feito um bloqueio generoso, maior talvez que o necessário, porque, ao fazer isso nós damos um recado para o mundo: nós não estamos brincando com a sanidade. Se você consumir, tenha a certeza de que não é um produto com risco. Depois atuamos rapidamente, como fizemos, e mostramos com transparência e eficiência que o caso não era grave e ter a publicação do decreto do fim do estado de emergência zoossanitária", destacou Fávaro.

No primeiro semestre de 2024, a Pasta anunciou a autodeclaração do avanço do Brasil livre de febre aftosa sem vacinação, após o fim da última imunização contra febre aftosa em 12 estados e parte do estado do Amazonas. Além disso, o Brasil manteve o status de livre de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), com a prorroga-

ção por mais 180 dias da vigência do estado de emergência zoossanitária, em todo o país. Desde maio de 2023, já foram identificados 164 focos, sendo apenas três em aves de subsistência nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS

O Brasil é um dos principais produtores e exportadores do mundo. No primeiro semestre de 2024, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram o segundo maior valor registrado para a série histórica, com o valor de US\$ 82,39 bilhões, representando 49,2% da pauta exportadora total brasileira. Em 2023, as exportações bateram o recorde atingindo US\$ 166,55 bilhões. A cifra foi 4,8% superior em comparação a 2022, representando um



"Se você consumir, tenha a certeza de que não é um produto com risco. Depois atuamos rapidamente, como fizemos, e mostramos com transparência e eficiência que o caso não era grave e ter a publicação do decreto do fim do estado de emergência zoossanitária"

Brasil e outros países o sistema de "pre-listing", com destaque para Cuba, para exportações brasileiras de lácteos, carnes bovina, suína e de aves, como produtos do mar. "Cada "pre-listing" aprovado são centenas de frigoríficos que são habilitados a comercializar para o mundo, isso é oportunidade para o brasileiro", afirmou.

SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

Nesta gestão, foi lançado o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD), que visa à recuperação e conversão de até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis em 10 anos. Representantes da Pasta realizam constantemente visitas a autoridades internacionais e nacionais para a apresentação do Programa.

"Neste Plano Safra vamos premiar produtores com boas práticas de sustentabilidade, temos um norte para onde devemos crescer com a nossa produção de alimentos, criamos o Programa Nacional de Conversão de Pastagens, 40 milhões de hectares serão incorporados ao sistema produtivo, sem derrubar uma árvore, sem precisar desmatar. É produzir com sustentabili-

dade, com rastreabilidade e com isso certamente alcançaremos mercados mais exigentes", afirmou Carlos Fávaro.

Visando ao fomento sustentável e tecnológico no campo, foram disponibilizados mais de R\$ 88 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para as operadoras de telefonia realizarem os projetos nas áreas rurais de construção de mais de mil quilômetros de rede de fibra óptica em 24 municípios da Região Nordeste dentro do Programa Rural + Conectado, além do desenvolvimento de plataformas de aprendizagem rural, como o Ater Digital e o e-campo.

Foram implementados serviços eletrônicos no Ministério para o trabalho mais ágil, como a implementação do Certificado Sanitário Nacional Eletrônico para produtos de origem animais (CSN) e o Certificado Fitossanitário Eletrônico para produtores de origem vegetal (ePhyto).

Para a informação chegar mais facilmente e acessível à população, também foram criados diversos painéis de informação, como o painel sobre os focos confirmados de Gripe Aviária e o painel CBI Eletrônico, que possibilita o controle de animais domésticos para embarque e desembarque em voos internacionais. ■

aumento de US\$ 7,68 bilhões.

O Mapa trabalha para promover novos acordos internacionais e os fortalecer para o agronegócio brasileiro, além de garantir a defesa sanitária agropecuária, com o controle sanitário e fitossanitário dos produtos nacionais. Em 2024, já foram abertos 89 novos mercados em 35 países, a cada quatro dias um novo mercado foi aberto entre janeiro e abril deste ano. Desde o início do terceiro governo Lula, já foram abertos 167 novos mercados para 55 destinos.

"Depois do restabelecimento do presidente Lula das boas relações diplomáticas, esse é um trabalho constante e perseverante do Governo Federal, foram 167 novos mercados para produtos da agropecuária brasileira, recorde absoluto", disse Fávaro.

Também foram firmados entre o

INCÊNDIO FLORESTAL TAMBÉM É SUA RESPONSABILIDADE

O Governo de MT
está preparado para
combater as queimadas.
Faça sua parte.

Denuncie

193

Novo período proibitivo

Cerrado e
Amazônia 01/07 a 30/11

Pantanal 17/06 a 31/12



**Governo de
Mato
Grosso**

Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde histórico

Setor registrou em julho US\$ 15,44 bilhões, um crescimento de 8,8% em comparação ao mesmo mês de 2023, impulsionado por aumento nas vendas de soja, carnes e café

Da **Assessoria do Mapa**

Em julho de 2024, as exportações do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 15,44 bilhões, estabelecendo um novo recorde para o mês e marcando o maior valor exportado no ano até agora. O desempenho reflete um crescimento de 8,8% em comparação aos US\$ 14,20 bilhões registrados em julho de 2023, consolidando a importância do setor para a economia nacional.

Os principais setores que contribuíram para esse resultado expressivo foram o complexo soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e café. Juntos, eles representaram 82,5% das exportações do agronegócio em

julho. Entre os destaques estão o aumento nas exportações de soja em grãos para a China, que continua a ser o maior mercado para o produto brasileiro, além do crescimento expressivo de 19,2% nas exportações de carnes, com ênfase nas carnes bovina e suína.

As exportações de carne bovina, em particular, tiveram um grande desempenho em julho, atingindo US\$ 1,14 bilhão, um aumento de 34,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O volume exportado também foi recorde, com 265,7 mil toneladas, refletindo um crescimento de 43,9% em comparação a julho de 2023. A China se destacou como o principal destino da carne bovina

brasileira, respondendo por mais da metade do volume exportado, seguida pelos Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos e Filipinas.

"O desempenho excepcional da balança comercial do agronegócio em julho, o melhor resultado para este mês nos últimos anos, é um reflexo claro da dedicação de toda a equipe do Mapa, sob a liderança do Ministro Carlos Fávaro. A estratégia de abrir cada vez mais mercados e fortalecer as relações diplomáticas tem permitido que produtos como soja, açúcar e carnes atinjam números históricos.

Continuaremos focados em manter essa trajetória de crescimento, buscando



novos recordes e solidificando o Brasil como líder global no agronegócio", destacou Roberto Perosa, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária.

No acumulado de janeiro a julho de 2024, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 97,80 bilhões, um recorde histórico para o período. O montante representa um incremento de 1% em relação aos US\$ 96,87 bilhões exportados nos primeiros sete meses de 2023. Produtos como açúcar de cana em bruto e soja em grãos tiveram aumento expressivo nas quantidades embarcadas, contribuindo para o resultado positivo.

ACUMULADO DOZE MESES (AGOSTO/2023 A JULHO/2024)

Considerando os últimos 12 meses, de agosto de 2023 a julho de 2024, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 167,41 bilhões, um crescimento de 3,2% em comparação aos US\$ 162,24 bilhões registrados nos 12 meses anteriores. O agronegócio continua a desempenhar um papel essencial na balança comercial do Brasil, representando 49,3% do valor total das exportações entre janeiro e julho de 2024.

IMPORTAÇÕES

As importações de produtos agropecuários também registraram um crescimento significativo em julho de 2024, subindo 25,4% e alcançando US\$ 1,74 bilhão, em comparação aos US\$ 1,39 bilhão importados no mesmo mês do ano anterior, estabelecendo um novo recorde na série histórica. Além das importações de produtos agropecuários, houve aumento das importações de insumos para o agronegócio. Os fertilizantes, por exemplo, cresceram 22,5%, e de nutrição animal, que

registrou um aumento de 12,4%, ambos considerados essenciais para a produção agropecuária.

50 ANOS DE DIPLOMACIA

Em 15 de agosto de 1974, Brasil e China davam início às relações diplomáticas que anos depois fariam do país asiático o principal parceiro comercial do Brasil. No dia 15 de julho, comemoraram-se 50 anos de diplomacia entre os dois países.

Segundo o Ministério de Relações Exteriores (MRE), a relação bilateral está estruturada na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, foi alçada ao nível de parceria estratégica global em 2012 e neste ano comemoraram-se 20 anos da criação.

Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Mapa (SCRI), entre agosto de 2023 e julho de 2024, a China foi o principal destino das exportações brasileiras do agronegócio, totalizando US\$ 58,60 bilhões. Houve um aumento de 10% em comparação ao período anterior. Houve recorde em 2023 com as exportações de mais de US\$ 60

bilhões, um aumento de mais de US\$ 9 bilhões em relação a 2022.

O Brasil exportou US\$ 28,44 bilhões em produtos agrícolas para a China no primeiro semestre de 2024.

Os principais produtos exportados para a China são soja, milho, açúcar, carne bovina, carne de frango, celulose, algodão e carne suína in natura.

Sendo uma relação bilateral, assim como exportou, o Brasil também importou produtos do país asiático, como produtos florestais e têxteis. As importações somam aproximadamente US\$ 1,18 bilhão.

Um importante fator para o crescimento das exportações foi que apenas em março de 2024 a China habilitou 38 novas plantas frigoríficas brasileiras, sendo 34 frigoríficos e 4 entrepostos comerciais, sendo o maior número de habilitações concedidas. O número de empresas brasileiras aumentou de 106 para 144.

O ministro Carlos Fávaro já realizou duas missões ministeriais à China. A última foi realizada em junho deste ano em comitiva com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. Durante a missão, o Governo Federal fechou um acordo para promover o café brasileiro na maior rede de cafeterias chinesa, prevendo a compra de aproximadamente 120 mil toneladas de café.

Para manter o diálogo e as boas relações comerciais, atualmente a China é o único país que conta com dois postos de adidos agrícolas brasileiros em Pequim.

Perosa ainda afirma que a restauração de um diálogo frutífero com o país asiático permite avanços significativos, como expansão de exportações de produtos-chave, fortalecendo ainda mais o papel do Brasil no cenário global. ■



“As relações diplomáticas entre Brasil e China, especialmente sob a gestão do presidente Lula e do ministro Carlos Fávaro, alcançaram um patamar sem precedentes. Da diplomacia bem-sucedida, colhemos os frutos de negociações comerciais robustas, que consolidaram a China como o nosso principal parceiro estratégico no agronegócio”. Roberto Perosa.

Soja brasileira será testada na Coreia do Sul

Produto nacional poderá ser empregado para fabricação de produtos alimentícios naquele país asiático

Por **Juliana Miura**, da Embrapa Cerrados

A Embrapa Cerrados e a Korea Agro-Trade Center São Paulo, empresa da Coreia do Sul, assinaram memorando de entendimento para estabelecer uma parceria entre as empresas. O objetivo da empresa coreana é buscar no Brasil cultivares de soja não transgênica com bom desempenho para fabricação de produtos alimentícios, bastante consumidos na Ásia. O principal produto é o tofu, um queijo vegetal feito a partir do leite de soja. Outros produtos de grande consumo naquele país é o missô, uma pasta fermentada de grãos, e bebidas que têm como base a oleaginosa.

"Neste primeiro momento, enviamos grãos de soja de cinco cultivares desenvolvidas pela Embrapa Cerrados para serem testados na Coreia do Sul. São materiais ricos em proteína, o que é importante para essas indústrias alimentícias. A partir de testes de processamento dos alimentos, podemos melhorar esses materiais até conseguirmos uma cultivar que atenda a essa demanda", explica Sebastião Pedro, chefe-geral da Embrapa Cerrados.

Ele completa: "Essa parceria visa identificar cultivares de soja convencional com genética da Embrapa desenvolvida para cultivo no Cerrado que atendam aos padrões de consumo da população sul-coreana". A parceira também compartilha as informações sobre as características que atendem ao

mercado sul-coreano. A partir disso, vamos organizar a cadeia produtiva para viabilizar o fornecimento desses grãos para o mercado da Coreia do Sul. Ele completa: "Testar nossos materiais nesse mercado é o primeiro passo para este intento".

Young Jung, diretora da Korea Agro-Trade Center São Paulo, conta que, em seu país, a soja é a segunda cultura alimentar mais importante, atrás apenas do arroz. Mais de 80% da soja que consomem é proveniente dos Estados Unidos. Atualmente, a Coreia do Sul importa 180 mil toneladas de soja convencional, sendo 60% usadas para produção de tofu. A empresa de Jung atua em diversos países do mundo com exportação de alimentos para a Coreia do Sul. O objetivo, com essa parceria, é diversificar os fornecedores de soja para produção de tofu, visando à segurança alimentar de seu país.

O acordo tem o apoio da Embaixada da República da Coreia no Brasil. Ao saber da composição dos materiais selecionados pela Embrapa Cerrados, que contêm 42% de proteína, o adido comercial da Embaixada, Kong Sung Ho, demonstrou grande satisfação pela boa proporção de proteína, principalmente para a produção de tofu. Sung Ho ressalta: "Com o estabelecimento desse acordo, esperamos continuar aprofundando as relações entre os dois países, tanto no setor público quanto no privado, especialmente na agricultura".

"Com o estabelecimento desse acordo, esperamos continuar aprofundando as relações entre os dois países, tanto no setor público quanto no privado, especialmente na agricultura". Kong Sung Ho

Apesar disso, Sebastião Pedro, também pesquisador com atuação em melhoramento genético de soja, explica que a quantidade de proteína pode se alterar de acordo com o local onde é produzida a soja e ainda pelas condições climáticas. Ele ressalta que a Coreia do Sul é um importante cliente para o Brasil. "Essa aproximação, por meio do memorando de entendimento, permitirá que possamos entender qual é a real necessidade quanto ao tipo de qualidade de soja que o país precisa e vamos atender à medida em que entendermos essa necessidade", garante.

NICHO DE MERCADO ESPECIAL

Sebastião Pedro lembra que, no início da produção de soja no Cerrado, o objetivo era produzir soja ordinária, para fabricação de farelo para alimentação animal e óleo. "O Brasil é um líder na produção de alimentos no mundo e o Cerrado hoje é responsável por 60% da produção agrícola do País. A pesquisa





Divulgação

"Enviamos grãos de soja de cinco cultivares desenvolvidas pela Embrapa Cerrados para serem testados na Coreia do Sul. São materiais ricos em proteína, o que é importante para essas indústrias alimentícias. A partir de testes de processamento dos alimentos, podemos melhorar esses materiais até conseguirmos uma cultivar que atenda a essa demanda". Sebastião Pedro

agora está buscando fortalecer a produção de soja para o consumo humano, com proteína e óleo de alta qualidade", informa.

Na maioria das propriedades agrícolas, a soja é uma commodity, negociada por peso, e não por sua qualidade. Dentro dessa realidade, a soja para o consumo humano é um nicho de mercado. Por se tratar de cultivares convencionais, elas precisam ser produzidas em áreas separadas dos cultivos transgênicos, para não haver contaminação. Após a colheita, os grãos precisam ser armazenados e transportados separadamente. "É muito trabalhosa a logística da soja convencional. O cuidado já começa com a semente, que tem que ser pura, não contaminada. Dentro do mercado de soja não transgênica, a soja especial para produção de tofu é outro nicho, ainda mais específico. O grão tem que ser produzido para atender a essa destinação, que tem como

clientes países asiáticos, como Coreia e Japão, que estão dispostos a pagar o custo adicional por essa logística diferenciada", detalha o chefe-geral.

Jung alerta ainda que, por se tratar de uma soja convencional, os materiais da Embrapa passarão por inspeções de segurança, para aferir se as amostras não contêm grãos transgênicos, e só depois seguirão para os testes de processamento.

Sebastião Pedro reforça que, por se tratar de um nicho de mercado especial, é importante que seja feito o acompanhamento da cadeia, garantindo que sejam aplicadas as boas práticas agrícolas, visando à sustentabilidade da produção e a segurança para o consumo humano: "Primeiro, vamos identificar uma soja que seja ideal para o mercado sul-coreano e depois vamos organizar a produção no Brasil com certificação de origem para garantir a qualidade do nosso produto". ■

Mudanças climáticas pressionam por mais irrigação nos Cerrados

Um dos mais importantes biomas brasileiros e fundamental para a produção agrícola já apresenta os efeitos climáticos na produção de água

Por **Juliana Miura**, da Embrapa Cerrados

No Brasil, 55 milhões de hectares têm potencial para serem irrigados, informa o pesquisador da Embrapa Cerrados, Lineu Rodrigues. Atualmente, apenas 9 milhões de hectares contam com irrigação. Para discutir a produção sustentável de alimentos no Cerrado, especialistas, pesquisadores e representantes do poder público, além de produtores e empresários, participaram do I Seminário sobre Agricultura Irrigada no Cerrado.

Segundo o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldes Góes, a água se tornou um dos nove eixos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o que mostra a relevância do tema para o País: "Nós temos um potencial gigante para política de irrigação, uma vez que temos um país de dimensão continental. Estamos nos organizando, desde o ano passado, para retomar a reestruturação da política de irrigação e incluí-la como um novo subeixo do PAC".

Góes lembrou que essa política traz desafios e, também, compromissos,

como a redução das desigualdades social e econômica das populações, das emissões de gases de efeito estufa, da pobreza e da fome e o aumento da produção de alimentos.

A IRRIGAÇÃO E O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O pesquisador da Embrapa Cerrados, Lineu Rodrigues, apresentou dados de um levantamento mundial que apontou que a possibilidade de falta de água ou de alimento representa 60% das preocupações do ser humano. "Quando olhamos a situação do mundo, temos cerca de 800 milhões de pessoas no mundo que passam fome e quatro entre dez pessoas vivem em lugares onde não tem água suficiente", informou.

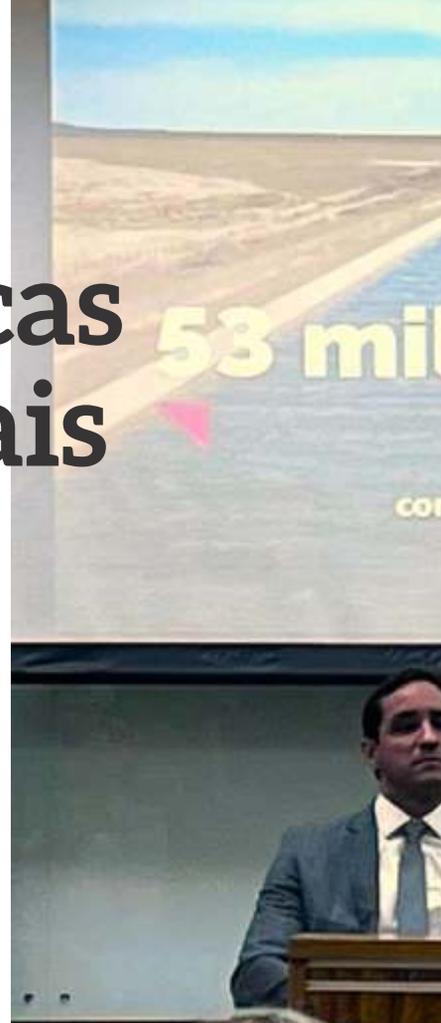
Com a irrigação, é possível intensificar a produção de alimentos, sem a necessidade de abrir novas áreas para a atividade agropecuária. Rodrigues informou que, até 2050, será necessário aumentar a produção de alimentos entre 60% e 100%. Desse aumento, 50% deverão ocorrer no Brasil, sendo 50% no Cerrado. "Para produzir essa quantidade extra de alimento sem irrigação, será

necessário incorporar ao sistema produtivo de 180 a 300 milhões de hectares no mundo. Quando pensamos em intensificação da produção, não tem nenhuma tecnologia melhor do que a irrigação", garantiu.

Rodrigues citou o caso do milho, que, na década de 1980, tinha média nacional de produção de 3 toneladas por hectare, quando já era possível produzir 16 toneladas por hectare. "E por que não se produzia 16? Grande parte era por falta de água", explicou, principalmente porque a agricultura familiar do Brasil não utilizava irrigação.

Entre os benefícios da irrigação, o pesquisador destacou a estabilidade, já que reduz a variabilidade anual da produção: "Se tem estabilidade, você pode planejar. Ela permite desenvolver a região e melhorar a vida das pessoas".

O especialista explicou ainda que a necessidade de irrigação não está ligada à quantidade de chuva e sim, à sua distribuição, e que a tecnologia está baseada, principalmente, em três pilares: água azul, energia e legislação. "A legislação, muitas vezes, atrapalha o desenvolvimento do país e tira a





"Nós temos um potencial gigante para política de irrigação, uma vez que temos um país de dimensão continental. Estamos nos organizando, desde o ano passado, para retomar a reestruturação da política de irrigação e incluí-la como um novo subeixo do PAC". Waldes Góes

possibilidade de as pessoas melhorarem suas vidas. O instrumento da outorga, por exemplo, é excelente, mas os critérios são muito restritivos. Essa restrição ao uso da água está criando diferença social no campo. Isso causa um problema de desenvolvimento social", defendeu.

Existem hoje no Brasil mais de 37 milhões de hectares de pastagens em estágio de degradação severa. "Essa área, com irrigação, poderia ser melhor aproveitada para produção de alimentos", acredita Rodrigues.

ESTUDOS RELACIONADOS AO USO DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Durante o seminário, foi lançado o

livro "Agricultura Irrigada do Cerrado: Subsídios para o Desenvolvimento Sustentável", 2ª edição ampliada e revisada, disponível no Portal da Embrapa. Autores de capítulos dessa publicação apresentaram estudos relacionados às suas especialidades.

Sin Chan Chou, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), abordou as mudanças climáticas no Cerrado. Com base em dados de 57 anos (1961-2017), seus estudos mostram aumento na duração das estiagens, redução dos dias chuvosos, sinais mistos para chuvas torrenciais e redução da chuva total. "Precisamos fazer estudos sobre as mudanças climáticas para identificar, no futuro, os problemas que virão junto com elas, os

riscos que teremos. Mas não são só riscos, também surgem oportunidades. Podemos aproveitar esses momentos como oportunidades. Esses estudos se juntam para nos apoiar nas medidas de adaptação", explicou.

Sobre as projeções para o futuro, a pesquisadora desenvolveu modelos climáticos matemáticos que geraram cenários climáticos possíveis até o final do século: "Em geral, há um sinal de aumento da duração das estiagens". Outro ponto para o qual Chou chamou atenção é relativo à disponibilidade hídrica, que é a diferença entre a precipitação e a evaporação. "Como há um aumento da temperatura, a evapotranspiração aumenta, mas a chuva compensa. O que está acontecendo nessas projeções é que a chuva também está diminuindo e a temperatura está aumentando. Então essa quantidade de chuva que cai não está compensando a transpiração. A tendência no futuro, segundo as projeções, é uma disponibilidade hídrica com saldo negativo", destacou.

Sobre a geologia do Cerrado, tema do trabalho de Marcelo da Silva, do Serviço Geológico do Brasil, o especialista

explica que a fauna e a flora são fortemente controladas pela natureza, pela composição e a estruturação das rochas de uma região. São essas rochas que determinam o relevo e dão origem aos solos, ditando a necessidade ou não do uso de fertilizantes e de outros aditivos para seu cultivo. "Por essa razão, os solos do Cerrado são extremamente pobres para o cultivo, ácidos, muito ricos em alumínio e sílica. As pessoas não sabiam como desenvolver, não tinham as técnicas para desenvolver a agricultura nessas condições", enfatiza.

O especialista defendeu a necessidade da compreensão do substrato rochoso como elemento fundamental para a distribuição do Cerrado no território e a formação das diversas paisagens do bioma.

Já o potencial hidrogeológico relaciona-se às águas subterrâneas, geralmente desconhecidas pela sociedade, já que é um recurso que não se vê, por estarem embaixo dos solos. Elas estão armazenadas em reservatórios chamados aquíferos. José Eloi Campos, professor da Universidade de Brasília (UnB), observou que essas águas, historicamente, não têm recebido a mesma atenção que as águas superficiais por parte das políticas públicas, gestores ou mesmo pelos setores que utilizam esse recurso.

Apesar dessa pouca visibilidade, Campos informou que alguns estados já estão utilizando esse recurso, como é o caso das lavouras de café na região de Araguari (MG), irrigadas com água do aquífero Bauru. Os estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Goiás são os que mais dependem das águas subterrâneas.

A água subterrânea é acessada por poços. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, existem mais de 56,5 mil poços no bioma Cerrado, cujas vazões somam 300 mil metros cúbicos por hora (7,2 bilhões de litros de água por dia). "Mas sabemos que esses poços não são usados para irrigação, são basicamente para abastecimento urbano e rural. O potencial de uso de água subterrânea no Cerrado é muito maior do que o que é usado hoje", destacou. No entanto, o professor alerta: "Temos o risco de sobreexploração, que é tirar mais do que a natureza repõe. Com isso, vamos chegar a um colapso – vai secar nascente, vai secar drenagem de curso d'água superficial e depois vai secar o aquífero. É o que ninguém quer. Por isso, é importante saber o quanto de



"Quando olhamos a situação do mundo, temos cerca de 800 milhões de pessoas que passam fome e quatro entre dez pessoas vivem em lugares onde não tem água suficiente". Lineu Rodrigues

água há no reservatório, qual é o tipo do aquífero e usar a água dentro do limite que a natureza nos permite".

Éder Martins, pesquisador da Embrapa Cerrados, reforça que os cuidados com o solo são fundamentais para manter um equilíbrio entre os elementos que compõem a natureza e garantir a sustentabilidade da agricultura. "Se não fazemos um bom manejo do solo, nós compactamos o solo. Se compactamos o solo, diminuímos a recarga do aquífero. Se contaminamos o solo, contaminamos o aquífero. Se não o usamos bem, nós perdemos o solo por erosão", enfatizou.

Segundo especialista em solos do Cerrado, a agricultura intensiva, de grande escala, é praticada nos planaltos, que são polos de irrigação onde predominam os latossolos. Martins explicou que é nas depressões que é possível intensificar a agricultura: "É onde estamos convertendo pastagens de baixa produtividade em áreas agrícolas e de produção bovina de alta eficiência. Pensando em políticas públicas e gestão dos processos da irrigação, nossa sugestão é fazer investimento em projetos justamente nas áreas de depressão. Assim, vamos contribuir para a conversão das áreas de baixa produtividade em áreas com maior intensificação da produção".

Para finalizar, a advogada Regina

Caixeta, da Barbosa e Caixeta Advocacia, apresentou os aspectos da legislação ambiental, elencando códigos, leis, decretos e projetos em tramitação que tratam da proteção do Cerrado nos estados e defendeu o Programa de Regularização Ambiental (PRA): "Eu acredito muito no PRA, apesar de estarmos atrasados em relação à sua implantação. Se dermos a oportunidade de o produtor identificar aquelas áreas que são passíveis de recuperação e, dentro de um projeto, ele pode realizar essa recomposição das áreas a longo, médio prazo, de acordo com a necessidade, eu penso que tem tudo para dar certo".

A advogada reforça ainda a importância da conscientização dos produtores, que pode ser feita dentro do programa. "Não necessariamente, o produtor precisa recuperar só aquilo que o código florestal está determinando. Se trabalharmos na conscientização, que é um trabalho importante que as associações têm feito, o produtor pode pensar em recuperar um pouco mais, que são as áreas de recarga hídrica, que são mais ou tão importantes quanto as APPs [áreas de preservação permanentes], que são obrigatórias.

Políticas públicas para o tema

Durante a abertura, representantes de diversos órgãos do Governo Federal



"Precisamos fazer estudos sobre as mudanças climáticas para identificar, no futuro, os problemas que virão junto com elas, os riscos que teremos. Mas não são só riscos, também surgem oportunidades. Podemos aproveitar esses momentos como oportunidades. Esses estudos se juntam para nos apoiar nas medidas de adaptação". Sin Chan Chou

apresentaram iniciativas relacionadas à irrigação. O secretário nacional de Segurança Hídrica, Giuseppe Vieira, destacou a irrigação como opção de estabilidade produtiva, necessária para atender às expectativas de aumento de produção de alimento para o Brasil e o para o mundo nos próximos anos. "O grande desafio que temos é a gestão eficiente dos recursos hídricos. No Cerrado, estão concentrados mais de 80% dos pivôs centrais que existem no País. Dentro do cenário de inconstâncias climáticas, a alternativa de utilizar a irrigação é a mais viável para garantir a estabilidade produtiva, a expectativa que o mundo tem em relação com o Brasil", enfatizou.

Segundo o secretário, a ONU e a FAO já projetam a demanda de produção de alimentos para os próximos anos e trazem o Brasil como o promotor dessa

atividade, tanto para assegurar a soberania nacional como para garantir o alimento para o mundo e reforçou: "Dentro desse cenário, temos a pressão sobre os recursos hídricos. E hoje temos um ambiente propício para discutir em alto nível com os pesquisadores, com a presença do setor da agricultura irrigada. É uma grande oportunidade entendermos os desafios que temos para a expansão da agricultura irrigada no bioma Cerrado, para que possam ser bem conduzidos e superados e a atividade possa crescer, mas sem perder de vista a sustentabilidade".

A superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Luciana Barros, destacou o FCO Irrigação como um instrumento para financiar projetos de irrigação e drenagem com taxas diferenciadas, que tem como objetivo induzir o

desenvolvimento de uma forma mais sustentável.

Já o diretor interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Marco José Neves, apresentou a iniciativa desenvolvida junto com o Serviço Nacional de Processamento de Dados (Serpro), a plataforma Águas Brasil, que integrará todas as ações relacionadas à outorga, com acesso aos estados, para agilizar os processos.

Sobre as iniciativas no Cerrado, o diretor-presidente da Companhia Nacional de Irrigação dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Marcelo Moreira, informou: "Nós temos vários projetos de agricultura irrigada no oeste da Bahia e estamos desenvolvendo novos projetos no Distrito Federal e em Goiás. Há também investimentos na agricultura familiar, como forma de incentivar os pequenos produtores a produzir, terem renda própria e constituírem pequenos polos de irrigação".

Giuseppe Vieira garantiu que todas as discussões do seminário serão utilizadas de forma estratégica para que seja possível continuar avançando com a atividade da agricultura irrigada, considerando ainda a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente e a eficiência da gestão dos recursos hídricos. ■

Menos de 2% do Plano Safra serão usados para reduzir emissões de carbono

Financiamento de R\$ 400 bilhões do governo à agropecuária está desalinhado da agenda climática, afirma pesquisadora da Universidade de Brasília

Por **Carlos Tautz**

Divulgado no início de julho como "o maior Plano Safra da história", a multibilionária e tradicional linha de apoio do governo federal à agricultura empresarial e, também, aos pequenos agricultores está "desalinhada" das prioridades de governo que o presidente Lula vem anunciando desde antes até de tomar posse, quando ele esteve na COP27, realizada em novembro de 2022 no Egito.

Cálculos da professora de mudanças climáticas do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UNB, Marta Salomon, indicam que a edição do Plano Safra que vai de junho de 2024 a junho de 2025 destinou menos de 2% do total de R\$ 400 bilhões "para conter as emissões de gases de efeito estufa no setor da economia que responde pela maior parcela do aquecimento global no país". As estimativas de Salomon constam de nota técnica do Instituto Talanoa, um think tank ambiental sediado no Rio de Janeiro, onde ela é especialista sênior em assuntos relativos ao clima.

"Com os impostos que pagamos, nós, contribuintes, entramos para cobrir a diferença entre o juro de mercado e o juro que é cobrado de linhas especiais do Plano Safra. Colocamos dinheiro para subsidiar o setor da economia brasileira que mais emite gases do efeito estufa", explica a pesquisadora.

Segundo o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (SEEG) do Observatório do Clima, a pecuária emitiu 37% dos gases causadores das mudanças do clima e foi o setor da economia que mais contribuiu com as emissões nacionais. "Sobretudo pela fermentação entérica – a digestão do gado – e o uso de óxido nitroso nos fertilizantes", explicou Salomon.

"Não dá para estimular o consumo de carne. Se você olhar o Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (Sinapse) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o que faz baixar a curva de emissão de carbono no Brasil é o combate ao desmatamento e mudança da dieta humana. Isso é algo difícil, porque a população gosta de comer carne, mas dá para agir em outra

ponta, que é o investimento em integração da agropecuária com floresta, criação de gado com menor emissão de carbono, mas isso não está ocorrendo", completou a professora da UNBV.

O Sinapse é a ferramenta oficial do governo brasileiro para projetar cenários de implementação de políticas públicas setoriais e potencial de redução de emissões de gases do efeito estufa, para alcançar as metas que o Brasil assumiu na Contribuição Nacionalmente Determinada do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, em 2015.

"Na principal linha de investimento na chamada agricultura de baixa emissão de carbono, o Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro), foram previstos R\$ 7,68 bilhões (...) O valor corresponde a 15,7% [da parcela] dos investimentos com juros subsidiados pelo governo e a menos de 2% do total do crédito para os produtores rurais", escreveu Salomon na Nota Técnica.

Em outras palavras, o governo federal retira parte dos recursos do



Quanto tem na carteira

Linhas de crédito rural alinhadas com a agenda climática

AGRICULTURA EMPRESARIAL

Valores em R\$

	TOTAL DE INVESTIMENTOS		LINHA RENOVAGRO (Percentual da linha Renovagro do total de investimentos com juros equalizados)
	Plano Safra Empresarial	Com juros equalizados	
2023/2024	92,10 bi	48,95 bi	6,88 bi (14,0%)
2024/2025	107,30 bi	48,80 bi	7,68 bi (16,7%)

AGRICULTURA FAMILIAR

Valores em R\$

	EMPRÉSTIMO		JUROS		CARÊNCIA	
	2023 2024	2024 2025	2023 2024	2024 2025	2023 2024	2024 2025
	PRONAF Floresta	20 mil a 80 mil	25 mil a 100 mil	4%	3%	8 a 12 anos
PRONAF Bioeconomia	210 mil	250 mil	4%	3%	5 a 8 anos	5 a 8 anos
PRONAF Agroecologia	210 mil	250 mil a 450 mil	4%	4%	14 meses a 3 anos	14 meses a 3 anos
PRONAF Custeio	250 mil	250 mil	3% a 6%	2% a 6%	--	--

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)



“O Plano Safra que vai de junho de 2024 a junho de 2025 destinou menos de 2% do total de R\$ 400 bilhões para conter as emissões de gases de efeito estufa no setor da economia que responde pela maior parcela do aquecimento global no país”, Marta Salomon

Tesouro Nacional para colocar no Plano Safra e garantir que agricultores tenham juros menores do que aqueles cobrados pelos bancos comerciais, quando acessam os financiamentos das agências oficiais, como o Banco do Brasil e o BNDES – responsável por garantir os financiamentos subsidiados à aplicação de tecnologias menos poluentes.

"O bolo de dinheiro gigantesco para financiamento do crédito rural está completamente desalinhado do objetivo de reduzir as emissões do setor da economia brasileira que mais emite Gases do Efeito Estufa", completou a professora.

Segundo ela, essa posição do governo, através do Ministério da Agricultura, corresponsável pela parte do Plano Safra que beneficia os grandes conglomerados econômicos da agricultura, torna mais difícil atingir as metas de Paris. Entre elas está a meta-símbolo, que é impedir que a temperatura média da Terra aumente 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

Outro exemplo do "desalinhamento", de acordo com Salomon, é a divergência entre o Plano Safra e o trabalho do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), que está elaborando a proposta de Plano Clima, que será a

estratégia oficial do Brasil para enfrentar, até 2035, as mudanças climáticas globais.

"O Plano Clima, que está sendo elaborado pelo CIM e será colocado em consulta pública até dezembro, será a política geral de governo para enfrentamento às mudanças climáticas e vai considerar as Contribuições Nacionais de Emissões. "Essa vai ser uma decisão política", explica Salomon. "Teremos um Plano que pela primeira vez irá dizer quais serão os meios de implementação e o financiamento. Tanto nas estratégias nacionais de mitigação e adaptação quanto nos planos setoriais de adaptação das metas nacionais aos índices definidos no Acordo de Paris sobre o clima, de 2015", completou.

Consultado sobre as contradições do Plano Safra, o Ministério da Agricultura orientou entrar "em contato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) para a referida demanda". Os Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente não responderam às solicitações de informação. ■

Entender para diagnosticar

Como o conhecimento teórico e a monitoria sanitária contribuem para lidar com as adversidades nas granjas

Por **Antônio Neto**

O conhecimento teórico aprofundado das principais doenças avícolas (etiologia, epidemiologia, patogênese, etc.) é indispensável para as diversas pessoas envolvidas no processo produtivo de uma granja, que precisam chegar, em algumas situações, a um diagnóstico definitivo acerca de um problema.

Por meio da observação de sinais clínicos e achados de necropsia, cabe a essas pessoas, entendendo como as doenças se expressam, estabelecer quais agentes são suspeitos de causar tais contrariedades e, assim, coletar as amostras necessárias para um diagnóstico laboratorial definitivo. Com essas informações em mãos, ficam facilitados o tratamento, controle e prevenção da enfermidade.

O planejamento das coletas deve ser feito buscando responder aos questionamentos abaixo:

- Quais materiais preciso levar para o campo?
- Quais aves irei escolher?
- Qual a amostragem vou estabelecer?
- O que devo coletar?
- Como acondicionar e em que recipientes?

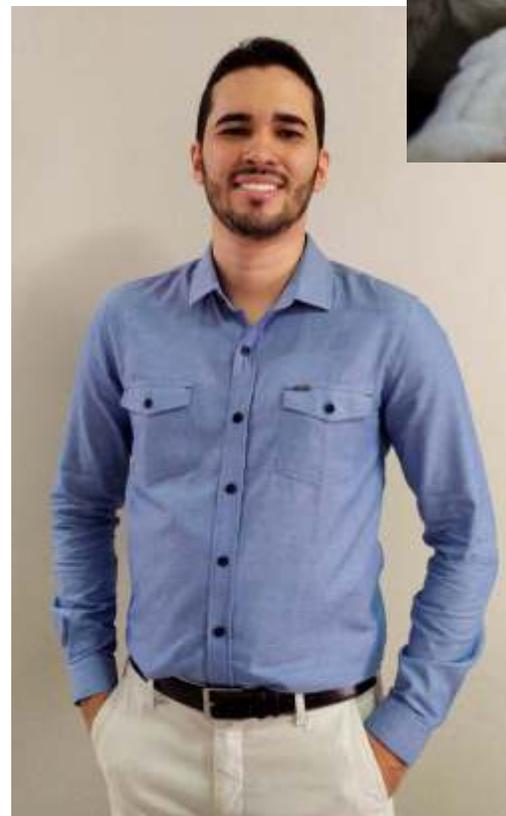
● Para quais testes vou solicitar as análises?

Vamos tomar como exemplo um lote hipotético de frangos de corte no qual observou-se que o peso semanal ficou abaixo do padrão, houve diminuição no consumo de ração e as aves apresentavam-se menos ativas.

Esses primeiros sinais ligam o alerta de que pode estar havendo um problema, portanto, uma investigação mais aprofundada deve ser realizada. A observação geral do lote (espiro, estertores) e do comportamento das aves (apatia e aves em decúbito ventral), aliada com a necropsia (corrimento nasal, conjuntivite catarral, edema facial, espessamento dos sacos aéreos e acúmulo de muco seroso nas vias respiratórias), evidencia um agente com implicações no trato respiratório.

Sem lesões patognomônicas presentes para um diagnóstico definitivo, temos um indicativo de quais patógenos possam estar envolvidos (IBV, mAPV, por exemplo) o que facilita a determinação de quais amostras devo coletar e o que solicitar em termos de apoio laboratorial.

Com tesoura, pinça, swab, frasco ou embalagem estéril em mãos, temos o material necessário para realizar



***Antônio Neto, médico veterinário, assistente técnico da divisão de Aves da Zoetis**



As ferramentas laboratoriais, sejam para fins de diagnóstico ou monitoria, são grandes aliadas na nossa rotina na avicultura e devemos utilizá-las com sabedoria. Os "sinais" estão sempre mostrando o caminho certo. Interpretá-los é o detalhe

uma coleta da forma mais asséptica possível para evitar contaminação. Uma boa amostragem, em número e com seleção de aves apresentando sinais clínicos no início, aumentam as chances de isolar o agente ainda em replicação no indivíduo.

O auxílio da biologia molecular, por meio da técnica de PCR, ajudará na identificação do patógeno envolvido. Já a coleta de soro sanguíneo para sorologia é outro teste de grande relevância que contribui para o diagnóstico e, nesse exemplo, também foi utilizada. Imaginando o cenário de que a empresa possuía um baseline estabelecido e confiável, com os resultados das análises disponíveis, ficaria mais fácil identificar quaisquer

títulos médios no ELISA fora do padrão.

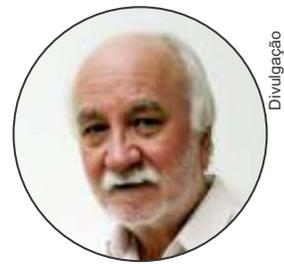
Para concluir esse exemplo, suponhamos que o agente isolado e identificado via PCR dos seios nasais dessas aves foi o Metapneumovírus aviário (mAPV). Os sinais clínicos nos deram esse indicativo e o lote não era vacinado para tal doença.

Observando-se o histórico de sorologias regularmente realizado pela empresa, as médias de títulos sinalizavam uma leve subida ao longo dos últimos lotes, embora sem repercussão no desempenho das aves, o que não preocupou o sanitarista a priori. Aqui fica um sinal de alerta de que algo poderia acontecer e foi sinalizado pela monitoria. Com os resultados labora-

toriais da biologia molecular disponíveis e o ELISA demonstrando títulos altos para esse vírus, coube aos decisores adotar uma vacina para controle do desafio a campo nos lotes seguintes, o que permitiu o retorno aos resultados esperados.

Vejam como todas as peças desse quebra-cabeças foram se encaixando à medida que as decisões corretas (como coleta de material de forma apropriada, amostragem confiável e representativa, escolha do exame laboratorial ideal) foram sendo tomadas. Como bem sabemos, essas situações não são raras na rotina de uma granja, na verdade, o objetivo é reduzi-las ao máximo e isso é possível, em grande parte, com uma monitoria sanitária sistemática e organizada.

As ferramentas laboratoriais, sejam para fins de diagnóstico ou monitoria, são grandes aliadas na nossa rotina na avicultura e devemos utilizá-las com sabedoria. Os "sinais" estão sempre mostrando o caminho certo. Interpretá-los é o detalhe. ■

Por **Ademir Galtizki**

Situação atual da criação de rãs no Brasil

O Brasil é o segundo maior criador de rãs do mundo, perdendo apenas para Taiwan. Embora o Brasil ocupe o segundo lugar mundial, a produção brasileira ainda é relativamente pequena.

No entanto, alguns grupos brasileiros estão enfrentando o desafio da criação de rãs, cuja carne já faz parte do cardápio de muitos restaurantes, especialmente no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros grandes centros, conforme matéria divulgada no G1.

Para se ter sucesso na criação de rãs, é necessário garantir água de qualidade e em abundância, preferencialmente água de poço artesiano ou de mina. As rãs são animais rústicos e precoces, proliferando rapidamente e se adaptando bem ao clima quente e úmido predominante na maior parte do Brasil.

Não é necessário um grande investimento, mas a qualidade da água é imprescindível. Caso contrário, você pode colocar sua criação em risco e perder todo o investimento inicial. A carne de rã é leve, magra, com pouquíssima gordura e rica em proteínas, comparando-se, por exemplo, à carne bovina. Além disso, a comercialização é fácil, com rápido retorno financeiro e bons preços praticados nos últimos anos, cobrindo com certa facilidade os custos



de produção e gerando lucro satisfatório.

Além de faturar com a carne e a pele das rãs, os produtores também lucram com a venda de girinos e imagos (rãs jovens) para outros ranicultores. É importante lembrar que, para obter bons resultados, é necessário total dedicação e muitos cuidados, pois o manejo é delicado, e as rãs são animais frágeis, suscetíveis a doenças e ao estresse. No entanto, hoje o país é um produtor bem encaminhado nesse processo, tendo dado um grande salto a partir dos anos 90, com os avanços técnicos de criação, o surgimento de estufas e o manejo adequado, o que levou o Brasil a conquistar o segundo lugar mundial.

A rã é um anfíbio que vive na água durante a maior parte de sua vida, mas

que também se adaptou ao ambiente terrestre. Ela passa cerca de três meses na fase de girino e, após a metamorfose, leva outros três meses para se tornar capaz de viver fora da água. Mais quatro meses são necessários para que atinja o ponto de abate, com peso entre 200 e 250 gramas.

Quanto mais quente o local, mais rápido é o metabolismo da rã e, conseqüentemente, mais rápido ela estará pronta para o abate. Essa espécie é precoce, prolífica e mais rústica que as outras.

Um conselho: não se aventure a criar rãs em cativeiro sem antes fazer uma minuciosa pesquisa de campo. Pergunte sobre os prós e contras, faça cursos rápidos, pois o conhecimento é essencial para evitar problemas futuros. Escolha terrenos com declive de no máximo 3% e evite áreas com muito barulho. Realize análises físicas, químicas e microbiológicas da água, pois as rãs passam a maior parte de sua vida dentro dela.

Se você ainda não experimentou carne de rã, não sabe o que está perdendo. ■

(Fonte: Matéria publicada por Claudia Maris Ferreira, APTA-SAA, e João Matias)

Para se ter sucesso na criação de rãs, é necessário garantir água de qualidade e em abundância, preferencialmente água de poço artesiano ou de mina. As rãs são animais rústicos e precoces, proliferando rapidamente e se adaptando bem ao clima quente e úmido predominante na maior parte do Brasil.



NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?

Conte com a New Line

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br